

Lyra não crê em mais punições

Os 12 parlamentares que continuarão sob investigação na Câmara, através de uma comissão de sindicância presidida pelo corregedor da Casa, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), têm poucas chances de ficar sujeitos à cassação. "As chances são mínimas. Se a CPI não conseguiu colocá-los no relatório, onde vamos buscar os elementos para incriminá-los?", argumentou ontem Lyra, uma hora antes de se encontrar com o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para definir a estratégia de condução dos trabalhos de investigação.

Lyra observou que o poder da corregedoria é muito restrito, pois se restringe à apreciação do comportamento dos parlamentares no recinto da Câmara. "Nós não podemos pedir a quebra de sigilo telefônico, nem fiscal e nem bancário. E esses são grandes instrumentos para incriminação", ponderou o corregedor. Por isso, disse, se a CPI do orçamento não conseguiu elementos suficientes para sugerir a cassação dos 12 parlamentares, a corregedoria da Câmara terá muitas difi-

culdades para obter provas.

Senado — O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), decidiu que vai eleger no plenário, ainda esta semana, o corregedor do Senado. Caberá ao eleito dar prosseguimento às investigações envolvendo o senador Dario Pereira (PFL-RN), conforme encaminhamento da CPI do Orçamento. O processo de cassação do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, que, segundo sua estimativa, deverá se pronunciar em 45 dias.

Lucena, que foi absolvido pela comissão, avalia que o Congresso retomou seu crédito junto à opinião pública: "Fizemos uma auto-investigação penosa. Cortamos na própria carne. Não conheço Congresso que tenha investigado tão profundamente seus membros e punido tão exemplarmente os culpados". Lucena aguarda apenas o recebimento oficial das conclusões da CPI para fazer a leitura no plenário do que se refere ao Senado, para convocar uma reunião da Mesa e dar continuidade ao processo.